

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO



Tarcísio tem chance de atrair o MDB?

Ainda que vença Nunes, MDB não irá de Tarcísio em 2026

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva estava em Araraquara quando os três prédios da República foram invadidos no fatídico 8 de janeiro de 2023. O município paulista é a cidade administrada por Edinho Silva, que deve vir a ser o secretário de Comunicação da Presidência ao fim do mandato. O PT tem grandes chances de permanecer à frente de Araraquara, com Eliana

Honain. Se isso acontecer, ao seu lado estará, como vice-prefeito, Delorges Mano, do MDB. O caso de Araraquara é citado por emedebistas como exemplo de que hoje é praticamente impossível o partido abandonar Lula e se bandear para o lado de Tarcísio de Freitas, do Republicanos, mesmo com uma eventual vitória de Ricardo Nunes em São Paulo.

Prefeitos

Em seus cálculos, o MDB tem a perspectiva de ultrapassar o PSD em número de prefeitos e voltar a ser o partido no comando do maior número de municípios do país. E em muitos lugares o PT apoia emedebistas. Ou vice-versa. Araraquara não é o único exemplo.

Tarcísio

Assim, segundo a avaliação de emedebistas ouvidos pelo Correio Político, não há hoje hipótese de o partido vir a deixar Lula. A não ser que uma catástrofe torne hoje o atual presidente completamente inviável. O MDB não abandonou seu tradicional pragmatismo.



Baleia deve manter MDB com Lula

Avaliação é que Tarcísio preferirá a reeleição

Os caciques do MDB hoje apostam que Tarcísio, especialmente se de fato ajudar a reeleger Ricardo Nunes na capital paulista, irá preferir uma confortável reeleição como governador à arriscada aventura de tentar impedir a reeleição de Lula. E avaliam que é isso o que esperam também os principais aliados de Tarcísio

em São Paulo, com exceção, é claro, do PL do ex-presidente Jair Bolsonaro. Especialmente o PSD. O secretário de Governo de Tarcísio, Gilberto Kassab, sonha em ser o candidato a vice-governador numa eventual chapa de reeleição ao governo estadual em 2026. Não interessa a Kassab ver Tarcísio candidato à Presidência.

Bate-chapa

Se o MDB rache quanto a 2026, há mesmo quem acredite que Lula poderia perder caso houvesse um bate-chapa. Mas essa seria uma disputa tão sangrenta, contrariando fortíssimos caciques do partido, como o senador Renan Calheiros (AL), que não valeria a pena.

Pará

Por esses cálculos, o estado hoje com o maior número de delegados é o Pará. Com o governador Hélder Barbalho, o ministro das Cidades, Jader Filho, e o senador Jader Barbalho, a família domina o estado. O cenário em Belém é incerto, mas Igor Normando (MDB) lidera.

Caciques

E mesmo essa hipótese seria improvável. Pelo peso proporcional dos caciques. O número de delegados na convenção do MDB é definido por um intrincado cálculo que leva em conta a proporcionalidade de cada estado na eleição de vários cargos.

São Paulo

São Paulo vem em segundo na força da convenção. Lá, o domínio é do presidente do MDB, deputado Baleia Rossi, que está com o governo Lula. O terceiro estado é Santa Catarina. Esse é majoritariamente opositor. Mas não seria capaz de reverter o quadro.

Embate na Câmara pode ser racha no Centrão?

Analistas avaliam o que representa a briga pela sucessão de Lira

Lula Marques/Agência Brasil

Por Gabriela Gallo

As negociações para a disputa das eleições no Congresso Nacional seguem a todo vapor. Enquanto no Senado, o nome do senador Davi Alcolumbre (União-AP) prevalece na disputa interna, na Câmara dos Deputados já não há tanta certeza.

Desde que o candidato Marcos Pereira (Republicanos-SP) apoiou o colega de partido, o líder na Câmara, Hugo Motta (PB), a situação mudou na Casa. Isso porque em pouco tempo Motta passou de esquecido para favorito, avaliado como um candidato mais conciliador e moderado que seus adversários. Mas ele não conquistou o consenso pretendido. Outros dois nomes na disputa, os candidatos pelo União Brasil, Elmar Nascimento (BA), e pelo PSD, Antonio Brito (BA), se mantiveram na disputa e uniram forças para tentar enfraquecer Motta na disputa pelo comando hoje de Arthur Lira (PP-AL).

Diante disso, os partidos que compõem o Centrão se encontram divididos. De um lado, estão os partidos PP, PL e Republicanos apoiando Hugo Motta. Do outro, está o União Brasil e o PSD com a aliança entre Elmar Nascimento e Antônio Brito. Como o PT e os partidos de esquerda não têm forças para lançar um candidato próprio, o embate ficará entre esses três.

Racha?

Essa divisão quanto aos candidatos à presidência da Câmara leva ao questionamento se a candidatura de Hugo Motta



Lira no comando do Centrão. O bloco racha na disputa pela Câmara?

levou a um rompimento e um racha no Centrão dentro da Câmara – tese defendida pelo cientista político Isaac Jordão, em conversa com o Correio da Manhã.

“O racha é dado. A saída antecipada de Marcos Pereira e a entrada de Hugo Motta embolou o meio de campo completamente, principalmente porque ambos os candidatos anteriores (Elmar e Brito) estavam com dificuldades de agregar os votos dos pares. Isso ajuda a mostrar o quanto o Centrão não é uma força monolítica como costuma se colocar”, disse o cientista político.

No entanto, o professor de Ciência Política no Centro Universitário UDF André Rosa, avalia que é um exagero se referir a situação da Câmara

como um racha no Centrão.

“Houve uma fragmentação, mas não quer dizer que existiu uma rota de colisão. Na realidade, essas candidaturas que, de início têm uma articulação para que se formem, estão dispostas para romper a qualquer momento. Então, não é necessariamente um racha central, mas um jogo de interesses que, após as eleições, tende a se normalizar”, destacou o cientista político.

Na mesma linha de análise, o analista político Leandro Gabiati afirma que o que está acontecendo na Câmara não se trata de um racha, mas uma cisão (divisão) entre os partidos em decorrência da mudança de postura de Lira – que sinalizou apoio a Elmar Nascimento ao longo do último ano, mas mu-

dou o apoio para Hugo Motta por uma questão de estratégia.

“Essa cisão que envolve a disputa pela Câmara é algo que será permanente. Tudo é dinâmico na política e as partes vão se movimentando. Inclusive o cenário sobre a sucessão na Câmara está totalmente aberto e há composições em andamento que vão mudar várias vezes até a eleição em fevereiro”, disse Gabiati.

Esse embate gera consequências para o próprio Centrão e para o governo federal, considerando que o sucessor de Lira negociará com o Executivo nos próximos dois anos de mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Para os analistas, é importante que o governo evite oficialmente se posicionar no jogo.

Eleições esvaziam agenda do Congresso

Por Gabriela Gallo

A menos de um mês para o primeiro turno das eleições municipais, a semana será parada no Congresso Nacional.

Após aprovar o projeto de lei que determina a reorganização gradual da folha de pagamentos dos 17 principais setores da economia e de municípios com até 156 mil habitantes, a Câmara dos Deputados estará sem sessões de temas de destaque nos próximos dias para os parlamentares se organizarem em suas campanhas eleitorais.

Um dos poucos destaques para esta semana na Casa, nesta quarta-feira (18), a Comissão do Esporte realizará um debate virtual para discutir os candidatos à presidência do Comitê Olímpico do Brasil (COB) – que é a organização não governamental, filiada ao Comitê Olímpico Internacional (COI), que trabalha na gestão técnica, administrativa e política do esporte nacional.

Senado

No Senado, apesar desta semana não prometer uma semana de trabalhos agitada, as comissões da Casa seguirão discutindo pautas de destaque. Dentre elas, nesta segunda-feira (16) a Comissão de Educação e Cultura (CE) realizará a

quarta audiência para debater o projeto de lei que institui o novo Plano Nacional de Educação (PNE) para o biênio 2024-2034. De acordo com o requerimento que solicita as audiências, o Ministério da Educação apresentou um balanço dos indicadores do PNE 2014-2024, que revelou que nove dos 53 indicadores que permitem o cálculo do nível de alcance estão abaixo de 50%.

“A Meta 20 do PNE 2014-2024 foi praticamente revogada pelo arcabouço fiscal instituído pela Emenda à Constituição 95 (teto de gastos), de modo que se faz necessário conceber o novo PNE como um pilar estratégico de um projeto de desenvolvimento nacional, tornando exequíveis as metas relativas aos investimentos públicos em educação”, destacou, em nota, o requerimento.

Além disso, seguem as discussões sobre o primeiro texto da regulamentação da reforma tributária (PLP 68//2024) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da Casa. Nesta quarta-feira (18), a CAE realizará mais uma audiência pública para discutir o tema, dessa vez com foco nos impactos da regulamentação da reforma tributária na infraestrutura brasileira – como por exemplo ferrovias, rodovias e aeroportos.



Plenário virtual do STF julga o caso do jogador Robinho

STF

Enquanto o poder Legislativo está parado, o Judiciário nem tanto. Na última sexta-feira (13), começou o plenário virtual do Supremo Tribunal Federal (STF), que segue até esta sexta-feira (20).

Dentre os destaques que serão avaliados no plenário virtual está o julgamento dos Habeas Corpus (Hcs) 239162 e 239238 apresentados pela defesa do ex-jogador de futebol Robson de Souza (Robinho), que foi condenado pelo crime de estupro coletivo na Itália e está preso no Brasil desde março deste ano.

O caso Robinho

O julgamento do jogador retoma após o pedido de vista (mais tempo para análise) do ministro Gilmar Mendes. O primeiro a votar será o relator da medida, ministro Luiz Fux, que rejeitou um dos pedidos de defesa.

O crime foi cometido em 2013, época em que ele era um

dos principais jogadores do Milan (Itália), contra uma jovem albanesa. Em 2017, ele foi condenado pela justiça italiana e, em março deste ano, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) validou a sentença da Itália e condenou o jogador nove anos de prisão em regime fechado.

O principal ponto defendido pela defesa do jogador diz que o STJ não deveria ter determinado a prisão imediata de Robinho.

De acordo com seus advogados, o ex-jogador não poderia ter sido preso porque cabia recurso contra a decisão do STJ que validou a sentença estrangeira.

Em outras palavras, a defesa do jogador tenta prorrogar sua sua ida a prisão já que a pena só poderia começar quando se esgotarem todas as chances de recurso. No outro recurso, a defesa alega que o STJ não poderia ter determinado a prisão e essa análise deveria caber ao juiz da primeira instância que recebesse o caso.